

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

THAMIRES CIAPPINA

**PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUA HISTÓRIA,  
POLÍTICA E GESTÃO**

MARINGÁ  
2016

THAMIRES CIAPPINA

**PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUA HISTÓRIA,  
POLÍTICA E GESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Maringá, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
licenciado em pedagogia.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jani Alves da Silva  
Moreira

MARINGÁ

2016

**PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUA HISTÓRIA,  
POLÍTICA E GESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual de  
Maringá como requisito parcial para a  
obtenção do título de Graduação em  
Pedagogia.

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

ACADÊMICA: THAMIRES CIAPPINA

DATA DA DEFESA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profª Drª Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora) - UEM

---

Profª Drª Telma Adriana Pacífico Martineli - UEM

---

Profª Msª Natália Cristina Oliveira - UEM

MARINGÁ

2016

*Dedico este trabalho ao meu avô Frederico Ciappina, carinhosamente chamado de vô Divo, cujo sonho era formar uma neta para ser professora. Infelizmente o senhor não está presente neste momento tão feliz da minha vida, não posso entregar este trabalho em suas mãos, mas não poderia deixar de agradecer ao senhor por todos os ensinamentos e valores que me proporcionou. Saudades eternas!*

## AGRADECIMENTOS

É com grande satisfação e orgulho que, por meio desse Trabalho de Conclusão de Curso, formalizo e festejo um ciclo da minha vida acadêmica que se encerra. Este sonho não seria possível se não fosse pelas pessoas que aqui gratifico.

*Agradeço* em primeiro lugar a **Deus** que iluminou o meu caminho durante toda esta caminhada, me capacitando com força, coragem e sabedoria.

*Agradeço* carinhosamente a **minha família**, ao meu pai José Frederico Ciappina e a minha mãe Elisa de Oliveira Ciappina por possibilitarem meus estudos, pela educação que me deram e por todo o esforço que foi feito para eu chegar até este trabalho. O mérito é de vocês.

*Agradeço* à professora e orientadora deste trabalho, **Jani Alves da Silva Moreira**, por ter me proporcionado um mundo de possibilidades, obrigada por toda a sua dedicação.

*Agradeço* também a todos os professores e professoras que me acompanharam durante a graduação, em especial a **Profª Maria de Jesus Cano Miranda**, exemplo de educadora e pessoa. Sucesso.

*Agradeço* as pessoas que conheci nesta caminhada, **Eduardo de Almeida e Luara Vieira**, vocês me ensinam a ser uma pessoa melhor e abriram os horizontes dos meus pensamentos; e a **Letícia de Andrade Costa**, companheira de caminhada ao longo do Curso de Pedagogia.

*Agradeço a todos* que fazem a Universidade Estadual de Maringá funcionar em toda sua dimensão, este trabalho é fruto de todas essas relações.

*A todos vocês, meu muito obrigada!*

*Que nunca percamos o entusiasmo e a convicção de contribuir para a melhoria social. Que os nossos conhecimentos e os ensinamentos sejam instrumentos de transformação para vivermos de maneira mais justa, sem desigualdades, preconceitos e vaidades. Carregamos uma grande responsabilidade de pensar e fazer educação de forma integral. Como refletia Paulo Freire, “pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”.*

CIAPPINA, Thamires. **Pedagogia Social no Brasil: Reflexões sobre sua história, política e gestão.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2016.

## RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida para aprofundar os conhecimentos sobre a Pedagogia Social por meio de análises das bases políticas, teóricas e as relações com as práticas educacionais. Para tanto, foi feito o levantamento da trajetória histórica da constituição da Pedagogia Social no mundo e a inserção no Brasil e da reflexão de suas práticas no âmbito da gestão, planejamento e das políticas públicas atuais que amparam as ações de educação social. A pesquisa é uma análise crítica, de natureza teórica bibliográfica com pesquisa documental e em literatura atual sobre o tema. A concepção de Pedagogia Social que se segue neste trabalho é definida por Caliman (2009) como uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que atua nas falhas da sociedade capitalista para que o desenvolvimento humano e social não atinja somente os processos educacionais, mas todas as relações sociais. A Pedagogia Social surge no final do século XIX, no continente Europeu, especificamente a Alemanha, associada ao contexto da Revolução Industrial que destinou novas características a sociedade e um acúmulo de problemas sociais. Na educação brasileira, a Pedagogia Social se desenvolve no início do século XX também em meio a momentos conflituosos e de transição, em que a maioria da população do país não tinha acesso as escolas e não sabiam ler e escrever. Ainda na atualidade, o país enfrenta uma grande necessidade de transformações no seu sistema educacional, que somente será resolvida se houver uma reestruturação das práticas, da gestão e das políticas públicas. Neste cenário cresce a importância das discussões das ideias da educação social numa sociedade em que prevalece a doutrina neoliberal, que entende o Estado e as políticas públicas como controladores e assistencialistas.

**Palavras-chave:** Pedagogia Social. Educação Social. Políticas Públicas Sociais.

CIAPPINA, Thamires. **Social pedagogy in Brazil : Reflections on history , politics and management**. Course Conclusion Assignments (Undergraduate Education) - University of Maringá, 2016.

## **ABSTRACT**

This research is designed to increase knowledge of the Social Pedagogy through analysis of the political bases, theoretical and relations with educational practices. To that end, it made a survey of the historical background of the establishment of Social Pedagogy in the world and the inclusion in Brazil and reflection of their practices in the management, planning and current public policies that support the actions of social education. Research is a critical analysis of literature with theoretical desk research and current literature on the subject. The concept of social pedagogy that follows this work is defined by Caliman (2009) as a practical, social and educational science, non-formal, which acts on the failures of capitalist society so that the human and social development not only achieve the educational process but all social relations. Social Pedagogy arose in the late nineteenth century, in mainland Europe, specifically Germany, together with the context of the Industrial Revolution which allocated new features to society and an accumulation of social problems. In Brazilian education, social pedagogy is developed in the early twentieth century also amid conflicting moments and transition, where most of the population had no access to school and could not read and write. Even today, the country faces a great need for changes in its educational system, which will only be resolved if management practices and public policies are restructured. In this scenario grows the importance of the discussions of the ideas of social education, under the neoliberal bias, which have the objective to build a more humane society, ethics and fair politically and socially.

**Keywords:** Social Pedagogy. Social education. Social Public Policy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
CBO	Cadastro Brasileiro de Ocupações
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
TICs	Tecnologia da Informática e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. A HISTÓRIA E CONCEPÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL</b> .....	14
2.1 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL NA EUROPA	19
2.2 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL ..	21
<b>3. AS POLÍTICAS PARA A PEDAGOGIA SOCIAL NA ATUALIDADE</b> .....	24
3.1 AS ORIENTAÇÕES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A PEDAGOGIA SOCIAL .....	25
3.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRA PARA A PEDAGOGIA SOCIAL .....	34
<b>4. A GESTÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL</b> .....	39
4.1 O PEDAGOGO SOCIAL .....	42
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	51

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa atende as exigências do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Teve por finalidade compreender e analisar a Pedagogia Social como conceito de educação não-formal voltada para as classes menos favorecidas da sociedade e situar a gestão deste referencial teórico no Brasil, no momento atual, por meio das bases políticas, teóricas e as relações com as práticas educacionais.

Para atingir os objetivos propostos por essa pesquisa julgamos necessário conhecer a trajetória histórica da constituição da Pedagogia Social no mundo e a inserção no Brasil; refletir sobre as práticas da pedagogia social no âmbito da gestão e planejamento e analisar as políticas públicas atuais que amparam as ações de educação social.

O tema abordado trata-se de um referencial teórico entendido pela ciência da Pedagogia Social e pela prática da Educação Social. Aos poucos o tema vem ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas pelo fato da sociedade se apresentar cada vez mais deficiente nas políticas públicas para a diminuição das desigualdades sociais.

Ao longo da história a escola tem sido questionada sobre sua função social, este fenômeno pode ser observado devido às próprias características da sociedade, as quais são reflexos das políticas, cultura, relações sociais que marcam os diferentes momentos e espaços históricos. Desta forma, a escola que não está desconectada de um contexto social, exige-se da gestão e das políticas públicas uma nova mediação educativa com a situação concreta da sociedade.

Com base nesses pressupostos, Teixeira e Fontes (apud CAVACO, 2002) previam que futuramente, conforme o ritmo e a dinâmica social, “[...]a formação dos indivíduos tem de se assumir como processos de construção, cuja prossecução ultrapassa, necessariamente, os limites dos sistemas formais de ensino”. Esta afirmação já se faz parte do que contatamos no presente.

O homem entendido como ser social apropria-se de diversas formas de educação, que se concretizam dentro e fora das escolas. A escola por sua vez, não

perde sua função social, suas incumbências são indispensáveis, mas o campo escolar não é mais suficiente para responder por todas as carências sociais.

Neste contexto, cresce no âmbito acadêmico as discussões sobre a dimensão da aprendizagem sociopedagógica, representada pela educação não-formal, práticas com a educação em movimentos sociais, organizações não governamentais, programas e projetos sociais de caráter público ou privado. São esses os âmbitos de atuação da Pedagogia Social, também relacionada a intervenções na educação popular e para grupos sociais historicamente excluídos.

A Pedagogia Social enfatiza a temática educacional no âmbito social, político e econômico. Podemos considerar que entender a educação e a realidade social através das relações humanas: educação popular, comunitária, práticas educativas não escolares, construções sociais, e organizações sociais ainda necessitam de contribuições científicas e metodológicas, mesmo que seja possível observar a temática em documentos oficiais.

No âmbito das políticas sociais, observamos orientações dos organismos internacionais que possuem grande influência na implementação das políticas e gestão para a consolidação da Educação Social no Brasil, destacamos a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e o Banco Mundial (BM).

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como principal objetivo garantir a paz no mundo e amenizar as desigualdades sociais. Os documentos apresentados pela ONU nos permitem compreender como a educação e a igualdade são entendidas por este órgão. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2015), o ensino e a educação são considerados instrumento para promover o respeito aos direitos e liberdades para ser atingido por todos os povos e todas as nações.

A Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) é uma agência pertencente a ONU que tem o objetivo de formar acordos universais nos assuntos relacionados à educação, ciências, cultura e comunicação, com a finalidade de construir uma “cultura da paz” para a erradicação da pobreza mundial, para o diálogo intercultural e na observância dos direitos humanos.

Os documentos da UNESCO demonstram preocupação com a educação no âmbito não-formal de aprendizagem e desenvolvimento e em especial na resolução de problemas relativos à questão social. As estratégias e as metas da educação,

estabelecidas pela ONU, resumem na expansão da educação na primeira infância especialmente para as crianças mais vulneráveis, particularmente para meninas, minorias étnicas e crianças marginalizadas. Há a preocupação com o acesso à educação de jovens e adultos e em alcançar a paridade e a igualdade de gênero (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DE EPT, 2015).

Sobre o Banco Mundial (BM), observa-se que a partir da década de 1990 a educação é considerada um instrumento que promove o crescimento econômico e reduz a pobreza. Desde então, numerosos documentos políticos publicados pelo Banco Mundial, apresentam produção teórico-conceitual na área da política social e começam a aparecer palavras como progresso, desenvolvimento sustentável, realismo, autonomia, equidade, pobreza no cenário dos discursos das políticas mundiais.

Em nível nacional, a educação é assegurada pela Constituição Federal de 1988. Os cidadãos brasileiros têm direitos não somente políticos, mas também direitos sociais no que se refere à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança. Os direitos do cidadão é dever do Estado e da família, e deve ser promovida em colaboração com toda a sociedade (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) nº. 9394/96 regulamenta o sistema educacional do Brasil e abrange os diversos tipos de educação. No primeiro artigo desta lei expressa-se que “A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Desta forma observamos a abrangência dos campos de atuação da Pedagogia Social (BRASIL, 1996).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), LEI Nº 8.069/90, prescreve sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, com a finalidade de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (ECA, 1990). O Estatuto resultou em uma mobilização do Estado e da sociedade civil para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, neste contexto foram criados os conselhos Tutelares, Conselhos Estaduais e Municipais e Organizações Não Governamentais (NATALI; PAULA, 2008).

No Brasil, a partir do ano de 1995, a educação é entendida como um serviço social com responsabilidade do Estado e toda a comunidade civil. A

responsabilidade do Estado diminui cada vez mais perante os direitos da sociedade, para tanto, cresce uma nova organização social, chamada Terceiro Setor.

O Terceiro Setor pertence a uma esfera pública não estatal e as atividades são desenvolvidas por empresas privadas, sem fins lucrativos, geralmente por trabalho voluntário e os objetivos são vinculados a emancipação humana; melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade; busca ativa de solução de problemas das comunidades, entre outros (SANTOS, 2006). Destacam-se as Organizações Não Governamentais (ONGs) como organizações que compõe o Terceiro Setor.

Neste trabalho entendem-se ONGs, conforme Fernandes (1994) são "conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos" (FERNANDES, 1994, p.21). As ONGs atuam para a promoção social a fim de proporcionar a transformação da estrutura da sociedade. O estudo sobre as ONGs deve ter uma reflexão crítica da realidade, pois, segundo as autoras Natali e Paula (2008), o trabalho das ONGs se configura muitas vezes em ações paliativas e emergenciais para manter a ordem social e a redução de custos para o Estado.

Diante dessa nova realidade, a educação começa a ser considerada e concebida em novos espaços educacionais, problematizando a formação dos profissionais que trabalham nesta área, já que a maioria dos cursos em nível superior de pedagogia valorizava apenas a educação no âmbito escolar. Cresce a necessidade de formar profissionais críticos que atuem nesse novo processo educativo.

Esta pesquisa foi organizada em cinco capítulos: no primeiro está a introdução apresentada acima, logo em seguida apresentaremos sobre a história da Pedagogia Social no qual será abordado o tema de maneira geral sobre sua concepção sob o olhar internacional e nacional. Em continuidade são expostas as políticas atuais voltadas para a Pedagogia Social por meio das principais orientações dos organismos internacionais e nacionais. Após, discute-se sobre a gestão da Pedagogia Social e a formação do profissional desta área, e por fim, apresentamos as considerações finais.

## 1. A HISTÓRIA E CONCEPÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL

Este capítulo objetiva relatar os conceitos, fundamentos e origens da Pedagogia Social e como é compreendida e organizada no contexto brasileiro. A Pedagogia Social busca a organização de uma área que atua em variados ambientes educativos e na área de intervenção sócio educativa.

Existem vários conceitos que definem a Pedagogia Social e que definem este campo sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Este trabalho de conclusão de curso limita-se à compreensão das correntes teóricas que têm servido de referência para a definição de Pedagogia Social no Brasil. Segundo Caride (2002) essas diferentes perspectivas de Pedagogia Social ocorrem devido às mudanças e necessidades recorrentes das sociedades.

A concepção de Pedagogia Social que se segue neste projeto é definida por Caliman no livro Pedagogia Social (2009):

[...] como uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização, e, de modo particular, a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais (CALIMAN, 2009, p.53).

A Pedagogia Social está concentrada na socialização dos indivíduos, com o desenvolvimento da identidade, com a formação da personalidade humana e com os condicionamentos que os diversos contextos impõem à formação de atitudes, valores, crenças, etc. (CALIMAN, 2009, p.53).

Atualmente a Pedagogia Social é desenvolvida na realização prática da educabilidade humana, voltada para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis, manifestadas nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença social. O trabalho da Pedagogia Social se realiza “dentro de intervenções educativas intencionais e não formais, e é organizada fora das normais agências educativas, como a escolar e a familiar, embora não exclua essas duas instituições de sua metodologia” (CALIMAN, 2009, p.54).

Para Gómez (2000), a Pedagogia Social é uma ciência da educação que tem como objeto de estudo uma dimensão específica do universo educacional: a

educação social. A Pedagogia Social é considerada a ciência da Educação Social, em outras palavras, a Educação Social é objeto material da Pedagogia Social.

Sobre o conceito de Educação Social, pode-se referenciar a terminologia elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral (INEP, 2006). Assim consta:

**EDUCAÇÃO SOCIAL:** Proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, culturas e sociedades, para serem capazes, conscientemente, de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social [...] A Educação Social pode ter como característica formar a pessoa desde uma pedagogia sociológica, com a finalidade de inseri-la na estrutura de valores da sociedade e tem como uma de suas preocupações ajudar a pessoa desde uma perspectiva do trabalho social. Nesse sentido, educadores, trabalhadores sociais e sociólogos estariam preocupados em resolver com os seus trabalhos a problemática das pessoas que vivenciaram a marginalidade e a exclusão (INEP, 2006, p.64).

Nessa Enciclopédia de Pedagogia Universitária, publicada pelo INEP, consta pela primeira vez a definição de Educação Social em um material divulgado em nível nacional. A definição é amplamente definida pela sociologia, política e práticas educativas.

Diante ao que foi exposto neste capítulo pode-se compreender que a Pedagogia Social e a Educação Social são práticas educativas, e as práticas educativas são práticas sociais. Desta forma defini-se que as práticas educativas não acontecem somente nos espaços elaborados para o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, nos ambientes escolares. Como a prática educacional é uma prática social, a educação pode ser compreendida em todos os espaços, e de diferentes maneiras.

São nesses outros espaços que a Educação Social atua, porém não significa dizer que essas práticas também não aconteçam na educação formal. A Educação Social, ou seja, as práticas da Pedagogia Social podem ser realizadas em diferentes

espaços: ONGs de diferentes interesses e financiamentos; Instituições Abrigos; Presídios; Hospitais; Educação de Jovens e Adultos; Movimentos Sociais; Projetos Sociais; Programas Sociais; e nas Escolas (MACHADO, p. 44, 2010).

Machado (2010) observa que na atual sociedade exige-se de um grupo de pessoas que se tornem responsáveis pela diversidade de práticas educativas que acontecem nos espaços citados no parágrafo anterior, sejam eles voluntários como também funcionários contratados ou efetivos.

Diante desta compreensão surge à discussão sobre quem é esse profissional e qual deveria ser a sua formação. Essa realidade exige uma preocupação em sistematizar, fundamentar e profissionalizar a Educação Social.

A Pedagogia Social, com base em uma teoria, passa a olhar para essas práticas e sistematizá-las, categorizá-las, estudá-las, a partir de um olhar científico, teórico, com o objetivo de contribuir com essa realidade. Por isso, a Educação Social sempre está atrelada à Pedagogia Social. É muito clara a noção da Práxis, relação dialética entre teoria – prática – teoria– prática (MACHADO, p. 45, 2010).

Isto posto afirma-se que a Pedagogia Social é considerada a ciência da Educação Social. Para melhor entender o campo de atuação da temática discutida neste trabalho, se faz necessário nortear em tempo e espaço as novas características educacionais e pedagógicas para além da educação escolar por meio da compreensão dos conceitos de educação não formal, educação formal e educação informal:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989, p. 78 apud VON SIMSON, 2001, p.09).

Assim compreende-se que Educação Formal é estruturada por instituições próprias para o ensino, como as escolas, universidades, cursinhos, local destinado para alunos seguirem um programa determinado e sistematizado. Por outro lado a

educação informal ocorre de forma espontânea no aprendizado do dia a dia por meio de conversas e vivências do indivíduo e finalmente a educação não-formal realiza-se em instituições que organizam eventos de diversas ordens, de forma sistematizada, com um público heterogêneo.

A Pedagogia Social realiza as atividades educativas nos espaços não escolares, assumindo-se então como educação não-formal, que metodologicamente consegue transformar os espaços de educação não intencionais em espaços de educação intencional (BECCEGATO, 2001, p.13).

As práticas sociais também acontecem no interior das escolas, o papel da Pedagogia Social é fazer a ponte entre os processos de ensino-aprendizagem e a dimensão sociopedagógica. Compreende-se que a escola é indispensável, mas não é suficiente para suprir as deficiências da sociedade, principalmente com as classes menos favorecidas.

A sociedade é uma dinâmica de relação social as quais são reflexos das políticas, cultura, economia, tecnologia no tempo e espaço que vivemos. Neste contexto a escola é questionada sobre sua função social, sendo assim de grande importância discutir a pedagogia social que nasce como instrumentos para atender as novas demandas da sociedade, e planejar novas características educacionais e pedagógicas para serem trabalhadas na constituição integral do sujeito social.

O autor Caliman (2006) contribui para a diferenciação da Pedagogia Escolar e a Pedagogia Social, sendo que, conseqüentemente:

A primeira tem toda uma história e é amplamente desenvolvida pela didática, ciência ensinada nas universidades. A segunda, a Pedagogia Social, se desenvolve dentro de instituições não formais de educação. É uma disciplina mais recente que a anterior. Nasce e se desenvolve de modo particular no século XIX como resposta às exigências da educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social. Em geral essas pessoas não freqüentam ou não puderam freqüentar as instituições formais de educação. Mas não só: o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. Podemos re-afirmar, portanto, que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um momento de grande fertilidade. É um momento de criatividade pedagógica mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. Em outras palavras, mais que pedagogistas, temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um *know how* com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdos. Ao

mesmo tempo nos damos conta de que é chegado o momento no qual precisamos sistematizar toda essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender melhor e interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas (CALIMAN, 2006, p.05)

Caliman (2006), intelectual e pesquisador da Pedagogia Social no Brasil, sistematiza as contribuições científicas oriundas da Pedagogia Escolar e a fonte de onde nasce a necessidade da Pedagogia Social. Para além dessa contribuição, o autor enfatiza a necessidade de continuar a pensar a Pedagogia Social no contexto brasileiro. Comenta sobre os educadores e a gama de conhecimentos pedagógicos que precisamos ter para dar continuidade ao trabalho sociopedagógico efetivo.

Cabe evidenciar neste campo de estudo, que propomos aqui, que o trabalho do pedagogo é essencial. Como afirma Libâneo (2006).

Todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Um professor é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser professor. Isso de modo algum leva a secundarizar a docência, pois não estamos falando de hegemonia ou relação de precedência entre campos científicos ou de atividade profissional. Trata-se, sim, de uma epistemologia do conhecimento pedagógico. (...) Precisamente pela abrangência maior do campo conceitual e prático da Pedagogia como reflexão sistemática sobre o campo educativo, pode-se reconhecer na prática social uma imensa variedade de práticas educativas, portanto uma diversidade de práticas pedagógicas. Em decorrência, é pedagoga toda pessoa que lida com algum tipo de prática educativa relacionada com o mundo dos saberes e modos de ação, não restritos à escola. A formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não-formal e formal. Assim, a formação profissional do pedagogo pode desdobrar-se em múltiplas especializações profissionais, sendo a docência uma entre elas (LIBÂNEO, 2006, p.07).

Outra questão a compreender é que quando se fala de Pedagogia Social e educação não-formal relaciona-se à Educação Popular, conforme estudos de Gohn (1999), Von Simson (2001), Machado (2002), Caliman (2009), entre outros pensadores, verifica-se que a criação e o desenvolvimento da Pedagogia Social foi amparada pela Educação Popular.

A terminologia de Educação Popular e Pedagogia Social, segundo estudos de Machado (2010) aparecem pela primeira vez no contexto brasileiro no início do século XX e estava associado ao princípio da democratização do ensino para todos.

Na época a maioria da população ainda não sabia ler ou escrever e o país vivia um contexto político que promovia o desenvolvimento e a modernização brasileira.

Somente na década de 1960 que a Educação Popular começou a ser compreendida como uma educação voltada aos processos educativos não-formais e destinado às classes populares e aos jovens e adultos. O movimento tomou forças a partir da teoria do educador brasileiro Paulo Freire, o pai da Educação Popular.

## 1.1 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL NA EUROPA

Neste trabalho é necessário estudar o contexto histórico do surgimento da Pedagogia Social no contexto europeu para entender o conceito de Pedagogia Social no Brasil. De acordo com Machado (2010):

[...] a partir da década de 1980, alguns pesquisadores brasileiros buscaram formação acadêmica em países como Espanha, Itália e Alemanha, tomando contato com a Pedagogia Social e trazendo para o Brasil algumas discussões, ainda de maneira isolada (MACHADO, 2010, p. 17).

A estruturação da Educação Social e Pedagogia Social tiveram como berço o continente Europeu, especificamente a Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, e está sendo estruturada até os dias de hoje, em que é considerada “uma área educacional de formação acadêmica/profissional e desenvolvimento de pesquisas científicas” (MACHADO, 2010, p. 36).

A Pedagogia Social surge associada ao contexto da Revolução Industrial que destinou novas características a sociedade e um acúmulo de problemas sociais como: a imigração, greves dos empregados das indústrias, êxodo rural, ocupação em bairros periféricos, condições que desestruturaram a sociedade europeia, fazendo necessário novas perspectivas para educação. Conforme estudos de Machado (p.59, 2010):

A educação do século XIX esteve intimamente ligada aos acontecimentos políticos e sociais de sua época. Segundo Luzuriaga (1986, p. 180), a Revolução Industrial influenciou fortemente na concentração de grandes massas de população e a necessidade de cuidar de sua educação. Concomitantemente, a Revolução Política

chega com o triunfo do parlamentarismo e a necessidade de educar o "povo soberano" (MACHADO, 2010, p.59).

O mesmo autor afirma que o trajeto da inserção da Pedagogia Social no contexto Europeu, utilizando-se dos estudos de Luzuriaga e Cambi . O século XIX é caracterizado pelas tentativas de efetivar a educação, de maneira nacionalista e cívica nos países Europeus. Nessa época as forças políticas tentam se apoderar da educação para usá-la a seus favores. É neste século que os sistemas nacionais de educação e leis da instrução pública dos países são planejados.

Na Alemanha a escola primária foi projetada para ser gratuita, obrigatória, leiga ou extra-confessional. O grau elementar é estabelecido por dois elementos, sendo as escolas da primeira infância e as escolas normais, entendida como formação de professores. A educação secundária também é planejada nesta época.

O século XX é lembrado por ter sido uma época de inúmeros avanços tecnológicos e de grandes descobertas para a humanidade, porém foi a "época dos grandes massacres" que fez emergir sérios problemas sociais em todo o continente. Todas as reformas pensadas para a educação foram arruinadas com os princípios da Segunda Guerra Mundial.

O período pós-guerras favoreceu a desestruturação social dos países europeus, favorecendo a delinquência e exigindo novas leis e instituições que atendesse essa nova realidade social. Segundo Machado:

Outros aspectos também contribuíram para o desenvolvimento dessa área: a saber: a existência de lugares educativos no campo, as escolas voltadas para a preparação de jovens para o mundo do trabalho, ações de educação de adultos e a fundação de bibliotecas e universidades populares configuravam o cenário educativo da época (MACHADO, 2010, p. 143).

É neste contexto que a Pedagogia Social, ainda não estabelecida como entendemos nos dias atuais, passa a atuar sendo um instrumento da educação para atender as esferas econômicas, sociais, políticas e educacionais. Em 1950, o continente europeu demonstrou-se empenhado para recuperar-se dos estragos feitos pela guerra e para isso necessitava de uma alternativa para superar essas problemáticas.

## 1.2 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL

Na história da educação brasileira, a Pedagogia Social se desenvolve no início do século XX e também em meio a momentos conflituosos e de transição, no qual a maioria da população do país não tinha acesso às escolas e não sabia nem ler e escrever. Com a instauração da nova forma republicana federativa do Brasil, proclamada em 15 de novembro de 1889, o país buscou promover o desenvolvimento e a modernização da realidade brasileira, para tal finalidade os primeiros anos do século XX foram dedicados a construção de uma nação moderna como a nação europeia e da América do Norte (MACHADO, 2010). Para a educação entendia-se modernização como:

A ampliação dos níveis de escolarização da população, bem como a preparação e profissionalização dos educadores para trabalharem nesse processo. Nesse momento, estava em constituição o sistema educacional brasileiro (MACHADO, 2010, p. 95).

O ano de 1932 foi um marco na inovação da educação por meio da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em meio às oscilações de mudanças do regime republicano, em que a educação emergiu como um elemento chave para organização da nova sociedade. O Manifesto foi uma proposta importante apesar de não ser efetivada. Neste documento foram delineados os traços da escola nova, que deveria suprir os problemas da chamada escola tradicional, até então o modelo de escola seguido. O documento propunha rumo a escola laica dando ênfase na racionalidade científica do conhecimento, gratuita, obrigatória e pública, sendo o Estado como mantenedor (O MANIFESTO, 2006).

Este período da sociedade brasileira foi marcado pela luta da escola pública que envolveu diferentes movimentos sociais e uma disputa de projetos educacionais entre os escolanovistas (Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, entre outros) e os princípios da igreja católica que influenciava a educação até certo momento (XAVIER, 1999, p.39).

Cabe aqui discutir sobre o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova porque a proposta desde documento conceitua a Educação Popular, campo da Pedagogia

Social, como uma tentativa de democratização do acesso à educação para todos e como uma nova prática de ensino (MONARCHA, 1989, p. 17).

No período da década de 1940 até 1960 houve uma forte influência dos idealizadores da Escola Nova brasileira, como relata Saviani (2008):

[...] durante o Estado Novo, eles foram ocupando espaços na burocracia educacional. E foram bem acolhidos pelas autoridades governamentais em função do seu empenho na modernização do aparato técnico das escolas e da administração pública, de modo geral (SAVIANI, 2008, p.297).

Contudo, nessa época os dirigentes políticos aproveitavam do desenvolvimento da política populista para mobilizar a população para obter êxito nas eleições. A elaboração de projetos, programas, campanhas e muitos movimentos educacionais foram intencionalmente pensados para acúmulos de votos, Saviani (2008, p.316) explica:

Daí o surgimento de campanhas ministeriais que se estenderam do final da década de 1940 até a1963: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) (1947-1963); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952 – 1953); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958 – 1963); Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) (1962 – 1963) (...) Todas essas campanhas consideravam a educação popular no sentido até então dominante, isto é, abrangendo as questões relativas à instrução pública, isto é, a educação elementar destinada seja às crianças (ensino primário), seja aos adultos (programas de alfabetização) (SAVIANI, 2008, p.317).

No ano de 1960, a terminologia Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e os processos educativos não-escolares ganharam espaço a partir da teoria do pai da educação popular: Paulo Freire. Considerado vanguardista da Educação Popular no Brasil e conhecido mundialmente, Paulo Freire compreende a educação destinada às relações humanas e sociais, para a comunidade e em defesa daqueles que nunca foram reconhecidos ou valorizados (MACHADO, 2010).

A Educação Popular de Paulo Freire vem ao encontro com os objetivos da Pedagogia Social, pois reconhece uma pedagogia construída a partir da cultura e identidade própria de um povo desfavorecido socialmente.

[...] A pedagogia de Paulo Freire é um bom exemplo de uma pedagogia formulada dentro de uma racionalidade cosmopolita, mas

enraizada na realidade das classes populares. São propostos novos critérios para o que se entende por coerência e por rigorosidade, fugindo de trampas dualistas que exigem opções entre termos que não se excluem nem se contrapõem, como culturalismo e estruturalismo, entre biologia e história, entre outras (STRECK, 2006, p.64).

A Pedagogia Social e a Educação Social não podem ser desenvolvidas pelos valores da cultura dos dominantes, os processos educativos devem ser elaborados pelas relações culturais de diferentes povos e que adentre vários espaços sociais para que haja transformações nos diversos contextos.

No período da ditadura militar até o processo de redemocratização do país, em meados da década de 70, 80 e 90, os processos educativos e a Educação Popular foram alvos de discussões e de pesquisas. Segundo Streck (2006), neste período o intelectual Paulo Freire assumia o cargo de Secretário Municipal de Educação na cidade de São Paulo e o atual governo assumia uma proposta de Educação Popular em meio à redemocratização brasileira (MACHADO, 2015).

A terminologia Pedagogia Social começa a aparecer no cenário brasileiro somente a partir do ano de 2005, identificado por um grupo de pesquisadores que compreendiam a Pedagogia Social como área de conhecimento, formação acadêmica e de profissionalização de educadores que atuam em diferentes espaços educativos.

As discussões sobre a Pedagogia Social ainda são recentes no Brasil, o grupo de pesquisadores da área procuram debater e elaborar novas práticas por meio de estratégias como congressos, eventos, pesquisas, publicações, entre outros. No início do século XX muitos intelectuais defenderam a escolarização de toda a população como responsabilidade do Estado, entendo que a educação é um grande instrumento de participação política. A ideologia de muitos estudiosos da época resultou na organização de grupos que buscaram, por meio da educação, a re-estruturação brasileira.

Para entendermos melhor a dinâmica da Pedagogia Social no Brasil é necessário entender as políticas educacionais, para que compreendamos também o contexto em que são elaboradas e as concepções e manifestações da educação em dado período histórico, este é o assunto do próximo capítulo.

## 2. AS POLÍTICAS PARA A PEDAGOGIA SOCIAL NA ATUALIDADE

A Pedagogia Social é um referencial teórico que enfatiza a temática educacional no âmbito educacional, social, político e econômico. Neste capítulo trataremos das questões que dizem respeito às políticas públicas sociais que estabelecem as legalizações das ações da Pedagogia Social como um campo de atuação na educação.

Os estudos das políticas educacionais são pertinentes para investigar e analisar o contexto em que foram elaboradas as diretrizes para a Pedagogia Social e compreender as concepções e manifestações da educação em dado período. Ao voltarmos os olhares para as políticas educacionais se faz necessário entender as concepções de Estado e seus interesses, para que toda política social seja justa, consistente e coerente ao contexto social (NETO, 2002).

Os fatores que envolvem o “sucesso” ou o “fracasso” das políticas sociais são complexos, múltiplos e requer análise contextualizada. Para avaliar as políticas públicas sociais é fundamental compreender a concepção das ações e programas de intervenção formulados pelo Estado e Governo vigentes, pois a legislação, projetos, programas e intervenções têm prioridades diferentes conforme a ideologia de cada sociedade em determinado período histórico.

Para a análise e avaliação de políticas implementadas na sociedade, por um governo, temos que considerar vários fatores de diferentes natureza e determinações. A autora Höfling, no texto *Estado e Políticas (públicas) Sociais* (2001), diferencia Estado de Governo:

[...] é possível considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p.31).

Para adotar uma melhor compreensão do tema desta seção sistematizamos que políticas públicas são entendidas neste trabalho como o “Estado em ação”

(GOBERT, MULLER, 2007) que implanta projetos governamentais por meio de programas e ações voltadas para cada setor da sociedade. O Estado não é entendido apenas como uma burocracia pública e estatal, mas como órgão responsável por implementar e manter as políticas públicas.

Para Silvestre e Custódio (2004), políticas públicas é compreendida pela articulação de ações, decisões e serviços que buscam a garantia do direito de todos por meio de programas e projetos que são executados fundamentalmente pelo poder público recorrendo aos serviços públicos.

Sobre políticas sociais, refere-se a “[...] ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p. 31). As políticas sociais são frutos dos movimentos sociais que surgiram no século XIX no desenvolver das primeiras Revoluções Industriais em meio ao capital e o trabalho.

Deste modo podemos compreender a educação, formal ou não-formal, como uma política pública e social. Na continuidade deste texto analisaremos as políticas públicas atuais que amparam a aplicação das ações de educação social pelos organismos internacionais<sup>1</sup> e nas políticas brasileira<sup>2</sup>.

## 2.1 AS ORIENTAÇÕES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A PEDAGOGIA SOCIAL

Nesse item destacamos as principais categorias políticas de orientações gerais que definem a base para as políticas sociais e que possuem grande influência na implementação das políticas e gestão para a consolidação da Educação Social no Brasil, considerando o papel e a influência da ONU, UNESCO e Banco Mundial.

---

1 Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e Banco Mundial (BM).

2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 24 de outubro de 1945 ao término da II Guerra Mundial e em meio ao horror causado pelas duas guerras mundiais. A ONU tem como principal objetivo garantir a paz no mundo e amenizar as desigualdades sociais (ONU, 2015).

Atualmente a Organização conta com 192 Estados soberanos e com organismos autônomos, sendo constituída por seis órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça (Tribunal de Haia) e Secretariado. Alguns programas são criados para específicas áreas como para o Desenvolvimento, Infância, Meio Ambiente, Refugiados, Refugiados Palestinos, Assentamentos Urbanos, Mulher, portadores do vírus HIV/Aids, Drogas e Crime (ONU, 2015).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 2015), proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral, é um documento da ONU que marcou a história dos direitos humanos, pois foi o primeiro documento que estabeleceu a proteção universal dos direitos humanos.

A DUDH foi elaborada por representantes de diferentes regiões do mundo e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. Logo após sua proclamação a Assembléia Geral solicitou que todos os Países, membros desta organização, publicassem a Declaração “para que ele fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados” (ONU, 2015).

A análise deste documento é de grande importância para este trabalho, pois ajudará na compreensão de educação e igualdade no âmbito internacional. Logo no início da Declaração o ensino e a educação aparecem como instrumento para promover o respeito aos direitos e liberdades previstas neste documento como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. Destaco a seguir alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Artigo II

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião

política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo XXI

A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 2015).

Conforme os artigos desta Declaração, podemos compreender direitos humanos como direitos fundamentais para o ser humano participar da vida em sociedade. É um conjunto de leis que selecionam condições necessárias para uma vida digna e para a manutenção da paz na sociedade; busca proteger os indivíduos das injustiças, autoritarismo, repressão, abuso de poder, e deste modo garantir a liberdade, igualdade e fraternidade. Esses princípios condizem com os princípios da Pedagogia Social e a prática da Educação Social.

Ao dar destaque a Organização das Nações Unidas, enfatizo também uma agência especializada e organismos intergovernamentais, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO. Criada em 16 de novembro de 1945, funciona como uma agência para formar acordos universais nos assuntos relacionados à educação, ciências, cultura e comunicação. A missão da UNESCO consiste no desenvolvimento sustentável, na construção de uma “cultura da paz” para a erradicação da pobreza mundial, para o diálogo intercultural e na observância dos direitos humanos.

A primeira mulher a ocupar o cargo de diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova (2009 - atualmente), reflete que “A UNESCO dispõe de todos os meios para fornecer uma resposta de cunho intelectual e humanista à globalização e à crise econômica: todos nós sabemos que a cultura e a arte, as ciências, a educação, a comunicação e o conhecimento são os verdadeiros valores que fundamentam a essência da humanidade.” Sua afirmação nos faz observar a relevância da

educação para a UNESCO, que desde sua criação possui o objetivo de melhorar a educação mundial (UNESCO, 2015).

No artigo 57 da Carta das Nações Unidas determina entidades que são vinculadas às Nações Unidas serão designadas como entidades especializadas, como é o caso da UNESCO e são criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas em seus instrumentos básicos, nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos. Conforme documentos oficiais, a autora Moreira (2015) afirma que:

Para dar conta da sua especialidade, a UNESCO realiza acompanhamento técnico, estabelece parâmetros e normas, cria projetos considerados inovadores, atua como catalisadora de propostas e disseminadora de soluções para os desafios encontrados na educação. Sua principal diretriz, a partir da década de 1990, tem sido a *Educação para Todos* (MOREIRA, 2015, p. 206).

A Carta das Comissões Nacionais para a UNESCO (2015) adotada pela 20ª sessão da Conferência Geral, realizada em Paris no ano de 1978, é uma das funções da UNESCO que desenvolve ações nas áreas da Educação, das Ciências Naturais e Exatas, das Ciências Humanas e Sociais, da Cultura, da Comunicação e da Informação.

As ações na área da educação são destinadas aos principais temas, que são: direito à educação; políticas e planos de educação; primeira infância e família; educação primária; educação secundária; ensino superior; educação técnica e profissional; educação científica e técnica; formação docente; educação não-formal; educação inclusiva; diversidade cultural e lingüística na educação; educação e novas tecnologias; educação em situação de emergência, crises e reconstrução; educação física e esporte; direitos humanos, democracia, paz e educação para a não-violência (MOREIRA, 2015, p. 207).

São definidas em médio prazo as estratégias para alcançar os objetivos estabelecidos pela ONU, que são organizados em metas. As metas para o período entre o ano de 2000 a 2015 são: Expandir a educação e os cuidados na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis; Alcançar a educação primária universal, particularmente para meninas, minorias étnicas e crianças marginalizadas; Garantir o acesso igualitário de jovens e adultos à aprendizagem e a habilidades para a vida; Alcançar uma redução de 50% nos níveis de analfabetismo

de adultos até 2015 e Alcançar a paridade e a igualdade de gênero (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DE EPT, 2015).

Os resultados do Relatório de Monitoramento Global de EPT 2015 - “Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios”, produzidos e publicado pela UNESCO em 09 de abril de 2015, demonstram que há uma deficiência nas políticas estabelecidas para alcançar as metas da Educação para Todos, pois somente um terço dos países atingiu todos os objetivos mensuráveis para este programa.

Irina Bokova declarou que “Apesar de não cumprir o prazo de 2015, há milhões de crianças a mais na escola do que haveria se persistissem as tendências dos anos de 1990:

Necessitamos elaborar estratégias específicas e bem fundamentadas que priorizem os mais pobres, sobretudo as meninas, para melhorar a qualidade da aprendizagem e reduzir as falhas de alfabetização para que a educação se torne significativa e universal (Relatório de Monitoramento Global de EPT, 2015).

O Relatório que contém as avaliações do programa Educação para Todos 2000-2015 analisa que as futuras metas de educação devem ser específicas, relevantes e realistas, e que se não houver esforços reparadores o objetivo principal, que é atingir a educação primária universal, permanecerá distante em 2030.

Ao centrar o olhar para a Pedagogia Social observa-se em alguns documentos da UNESCO a preocupação com a educação no âmbito não formal de aprendizagem e desenvolvimento e em especial na resolução de problemas relativos à questão social. No Brasil essas preocupações se intensificaram após a reforma do Estado, em meio aos problemas gerados pelo modo de produção capitalista e pela ideologia neoliberal, para tanto as políticas social são vistas de natureza compensatória para as classes mais pobres com a intenção de atender as deficiências geradas pelo próprio capitalismo (SILVA; CZERNISZ; PERRUDE, 2015).

Neste contexto deparamos com um novo modelo educacional e importantes documentos são produzidos para atender o modelo de sociedade que emerge. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, enunciada em Jomtien em 1990, foi um importante documento para as políticas educacionais, enfatizando a ampliação dos espaços educativos e envolvimento a sociedade civil como órgão responsável para a educação para todos (SILVA; CZERNISZ; PERRUDE, 2015, p. 03).

O Relatório Delors (2000), publicado uma década após a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, também apresenta um conceito alargado sobre a educação, considerando “educação ao longo de toda a vida” ou “educação permanente”:

[...] às vésperas do século XXI, as missões que cabem à educação e as múltiplas formas que pode revestir fazem com que englobe todos os processos que levem as pessoas, desde a infância até ao fim da vida, a um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmas (...). É este continuum educativo, coextensivo à vida e ampliado às dimensões da sociedade, que a Comissão entendeu designar, no presente relatório, pela expressão “educação ao longo de toda a vida” (DELORS, 2000, p. 104).

O conceito de “educação ao longo de toda a vida” ou “educação permanente” parecem ser novos no âmbito educacional e político, porém pesquisas<sup>3</sup> destacam que essa ideia surgiu em 1972 no documento do Relatório Faure (1972), o qual expressa a preocupação com o alargamento do conceito de educação; compreende a educação como um processo que ocorre em toda a vida do sujeito e reconhece que os espaços em que a educação acontece extrapolam a ambiente escolar.

A abordagem da educação não-formal tem o foco de atender os segmentos mais pobres da população e grupos considerados de risco como: as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, idosos, mulheres, e a inclusão social para pessoas portadoras de necessidades especiais e portadores de HIV/AIDS.

Outro princípio da UNESCO que vale destacar é a realização de relatórios, documentos, encontros, conferências e seminários que concretizam em estudos no campo educacional e político. Estes estudos influenciam nos conceitos de educação defendidos pela UNESCO. Destaco a publicação intitulada *Otra manera de aprender. estudios de caso* (2007b), que apresenta experiências educativas no campo da educação não formal voltado para alcançar meios de vida sustentáveis e a reduzir a vulnerabilidade.

Com o objetivo de destacar organizações que influenciam e configuram as políticas setoriais para a educação, discutiremos a seguir sobre o Banco Mundial (BM). O BM foi organizado para ajudar na reconstrução dos países, principalmente

---

<sup>3</sup> Dados evidenciados na tese de Jani Alves da Silva Moreira. MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal**. Maringá (PR). EDUEM, 2015.

Europeus, que foram devastados pela Segunda Guerra Mundial (ARRUDA, 2003), porém o objetivo pelo qual foi fundado durou pouco tempo, e em 1950 o Banco Mundial começou a ter preocupações com o desenvolvimento econômico e financeiro para a superação da pobreza. Sua principal função é:

[...] ajuda governos em países em desenvolvimento a reduzir a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projetos em diversas áreas – como a construção de escolas, hospitais, estradas e o desenvolvimento de projetos que ajudam a melhorar a vida das pessoas. [...] oferece apoio aos governos membros em seus esforços para investir em escolas e centros de saúde, fornecimento de água e energia, combate a doenças e proteção ao meio ambiente (WORLD BANK, 2015).

A partir da década de 1990 a educação é considerada pelo Banco Mundial como um instrumento que promove, por si só, o crescimento econômico e reduz a pobreza. O discurso pela equidade, progresso, desenvolvimento sustentável e pobreza só aumentavam. No documento do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (1990) a educação primária é considerada importante para melhorar a vida dos mais pobres: “É óbvio que se as crianças pobres receberem instrução terão muito mais chances de deixar de ser pobres” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.85). Sobre este período a autora afirma:

As políticas educacionais implementadas a partir da década de 1990 estiveram articuladas com questões amplas, oriundas do processo de reestruturação econômica do país. Os encaminhamentos das reformas educativas instalaram-se em um clima de promoção destas. As justificativas de convencimento para a necessidade de mudanças centravam-se na superação da falta de qualidade, de produtividade, de ações e promoções na educação que causassem certo clima de modernização no país, bem como integração à globalização (MOREIRA, 2015, p.222).

De acordo com o novo papel político-social do Banco Mundial, numerosos documentos políticos apresentam produção teórico-conceitual na área da política social, temas como: progresso, desenvolvimento sustentável, realismo, autonomia, equidade, pobreza, começam aparecer no cenário das políticas do Banco Mundial. Porém, esses conceitos eram interpretados diretamente à questão da segmentação do mercado de trabalho (FONSECA, 1998).

Em entrevista, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara (1968-1981) pronunciou que “A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político” (MCNAMARA, 1968, p.1070), entendia-se que a solução para o problema do crescimento, demografia, sustentabilidade dos países seria o aumento da produtividade dos pobres, a qual passou a ser uma estratégia para o desenvolvimento mundial. A diminuição da pobreza e das desigualdades dependeria da capacidade dos pobres em produzir mais para o mercado. Para que o pobre aumentasse sua produtividade, foi determinada melhores condições de educação, saúde e desenvolvimento rural nos projetos de infra-estrutura econômica.

Segundo Fonseca (1998), na década de 70 os documentos do Banco Mundial são marcados pela orientação humanitária e políticas de equidade social, mas as orientações e recomendações são baseadas no sentido contencionista, de limitação financeira para os órgãos governamentais. Sobre a expansão da educação, o Banco Mundial tinha duas grandes preocupações, a primeira relaciona-se com o aumento das despesas do setor público com a educação, e a segunda preocupação é sobre as ofertas de emprego, melhores condições de trabalho e de salários que os sujeitos com grau de estudos exigiram dos seus superiores.

Com base nessas argumentações, os documentos políticos da década de 70 apresentavam algumas estratégias para diminuir o custo da educação, como a formação extra-escolar ou não-formal; a utilização do ensino de massas, via rádio e televisão e do ensino programado, entre outros. Já se cogitava, à época, na partilha das despesas educacionais com a comunidade [...] (FONSECA, 1998).

Fonseca (1998) continua a problematização de que para o barateamento do ensino, o Banco Mundial instituiu reformas nos programas escolares, da gestão e do planejamento, tendo como medida a racionalização da oferta do ensino. Uma das recomendações era “a expansão do ensino secundário de conteúdo mais geral deveria ser discutida com prudência, sendo desejável que a oferta se concentrasse na educação rural e na formação profissional extra-escolar” (FONSECA, 1998, Paginação Irregular).

Este novo formato de educação contava com a ajuda de experiências da comunidade local que se enquadrasse na ação educativa não formal, com geração de renda em curto prazo de forma aligeirada e barata.

Em primeiro momento observamos que a participação da comunidade na vida escolar pode ter grandes vantagens em todo o processo educacional e social. Por meio da participação garante-se mais autonomia nas decisões da escola local e o ensino seria diversificado conforme as peculiaridades da região em que a escola está inserida. Infelizmente, na sociedade capitalista, o objetivo maior da participação da comunidade na educação local não é este, o interesse é dividir as despesas da escola com toda a comunidade. A ideia da descentralização do papel do estado cresce cada vez mais, juntamente com a privatização dos serviços públicos e a alargamento para os serviços do Terceiro Setor.

A concepção de política que consideramos neste capítulo é de política pública ajustada a um sistema que busque resolver os problemas da sociedade atual e que promova ações de bem estar, de forma eficaz e como direito de todos. Porém, em meio a sociedade neoliberal, os objetivos da implantação das políticas públicas e sociais não correspondem com os interesses da comunidade menos favorecida socialmente, pois o Estado que propõe as políticas pertence a uma formação histórica do capitalismo e a educação é entendida como uma mercadoria.

Mészáros (2005) se contrapõe as diretrizes mercantilistas que envolvem a educação, e escreve sobre a importância de romper com a lógica sociometabólica do sistema capitalista:

Para melhorar a situação da educação não basta simplesmente reformar o sistema existente, pois o que existia antes de tais reformas será certamente restabelecido, mais cedo ou mais tarde, devido ao absoluto fracasso em desafiar por meio de uma mudança institucional isolada, a lógica autoritária global do próprio capital. [...] O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas, portanto romper com a lógica do Capital na área da Educação equivale, a, substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente (MÉSZÁROS, 2005, p.27,47).

Um novo sistema educacional exige-se um diferente sistema da sociedade, o qual não seja regido pela lógica capitalista. As políticas públicas precisam garantir a emancipação humana.

Ao longo dos anos os organismos internacionais compreendem que a educação pertence a um projeto econômico, e assim vêm formulando políticas para o setor educacional. Em articulação com os outros países, as políticas

internacionais consideram o desenvolvimento da educação como cooperação técnica e financeira e passa a elaborar políticas de financiamento para este setor.

Diante das leituras dos documentos expostos neste capítulo foi possível observar que o discurso para a expansão da educação se faz pelos princípios de igualdade de oportunidades, educação para todos, equidade, combate a pobreza e autonomia local, todavia as ações destes organismos não condizem com o discurso. As estratégias traçadas têm objetivos de sustentabilidade mundial e redução de custos governamentais dentro de uma lógica da racionalidade econômica

Destaca-se então a importância de observarmos as recomendações e encaminhamentos das políticas internacionais para as políticas locais, as quais influenciam e dialogam com as políticas públicas e sociais brasileiras, especificamente na área da educação não-formal.

## 2.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRA PARA A PEDAGOGIA SOCIAL

No Brasil, o atendimento à infância esteve contextualizado com ideais políticos e legal. Segundo estudos de Morelli (2002), a primeira lei destinada à criança e ao adolescente, em “situação irregular”, foi o Código de Menores de 1927. Este código era direcionado aos menores de idade, crianças e adolescentes órfãos, abandonados, ou sujeitos de atos infracionais.

Em 1979 o Código de Menores foi adaptado e direcionado a meninos e meninas que moravam na rua. Na mesma década o código passou a ser questionado por ser objeto de medidas judiciais, sanções direcionadas às crianças e adolescentes, perante a Lei, privando-os da liberdade e da autonomia. Ao final desta década surgem manifestações para proteção das crianças e dos adolescentes (MORELLI, 2002).

Na sequência, a década de 80 foi marcada por grandes reformas na estrutura da sociedade tornando-se necessário a adequação das políticas sociais no país, como estabelecer leis relacionadas ao direito das crianças e dos adolescentes. Como vemos:

As legislações sociais anteriores aos anos oitenta, no Brasil, estavam fundamentadas na doutrina da situação irregular, cuja finalidade era legitimar a ação judicial que privilegiava a institucionalização, em que

pese o fracasso dos programas de políticas sociais de ressocialização dos *menores* supostamente abandonados e delinquentes. O confinamento de jovens e adultos em instituições totais culpabilizava e desacreditava a vítima, enquanto instituições, autoridades e violadores de direitos se apresentavam como bondosos e virtuosos. Este fato ajudou a fortalecer as ciências sociojurídicas, em detrimento das ciências educacionais (NETO, 2011).

Compreender as políticas educacionais significa compreender também o contexto em que são elaboradas e para entender as concepções e manifestações da educação em dado período histórico. Neto (2002) verifica que no início da década de 80 os estudos sobre políticas públicas passaram a ganhar uma maior atenção no Brasil, possibilitando a afirmação de um campo investigativo a respeito da educação (NETO, 2002, p.07). Nas palavras de Azevedo (1997) “no campo educacional passou-se a produzir estudos que privilegiam a abordagem da educação na sua dimensão de política pública” (AZEVEDO, 1997 p.1-2).

No século XX começam a consolidar as discussões acadêmicas; estabelecer políticas públicas com vista a melhoria da qualidade da oferta educativa; com princípios de educação integral. Conforme Neto (2011) “Forças sociais empenhadas na construção da democracia, da liberdade, da cidadania e da solidariedade, uniram-se, por todo o país, para reverter esse quadro” (NETO, 2011, Paginação Irregular). O quadro que o autor se refere é sobre as relações sociais desiguais que se estabelecia no período e a compreensão de classe marginalizada que se estabelecia até os anos 80 no Brasil.

No final da década de 80, o reordenamento político foi fundado pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que concebe crianças, adolescentes e adultos como sujeitos em desenvolvimento com direitos e os concede recursos públicos e formulação de políticas. Sobre educação, o artigo 6º da Constituição (1988) assegura sobre os direitos dos cidadãos brasileiros sob a responsabilidade do Estado vão além dos direitos políticos, incluem os direitos sociais referentes à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, e à segurança. No artigo 205 também é explícito que:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de luta entre o capital e o trabalho, a partir dos anos 90 começou a ser possível uma sociedade de oportunidades por meio das políticas sociais, que segundo o autor Neto (2011), “[...] foram elaboradas para garantir o controle social no *apagar do fogo, em meio do incêndio*”. As políticas públicas sociais também são necessárias para alcançarmos o que defendemos como ideal de sujeito, como descreve Neto (2011):

[...] concebemos o sujeito como aquele que é capaz de produzir uma reação que altera os padrões sociais ou que busca resistir e encontrar linhas de fuga, ou, ainda, que consegue responder a uma realidade social e cultural cotidiana em mudança. A pessoa humana necessita da garantia dos direitos sociais, bem como de relações humanas saudáveis, fundadas na experiência do amor, da amizade e da ética (Neto, 2011, p. 01).

Salienta-se que no campo da Pedagogia Social, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9394/96 ao regulamentar o sistema educacional do Brasil abrange os diversos tipos de educação: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio, e as modalidades do ensino, como a educação especial; indígena; no campo e ensino a distância. No artigo 1º da LDB (1996) está expresso que:

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Deste modo observa-se que os espaços de atuação da Pedagogia Social são assegurados e considera-se pertinente a formação de todos de forma integral.

A princípio, educação como direito humano universal, está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, na Convenção Americana, sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização dos Estados Americanos, na Convenção contra as Discriminações na Esfera do Ensino, na Declaração dos Direitos da Criança, reconhecida pelas Nações Unidas e pela Convenção sobre os Direitos da Criança (MACHADO, 2009, p. 11381).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, assegura todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico,

mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

O ECA absorve e reflete várias concepções de declarações e leis como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948; Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 20 de novembro de 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 20 de novembro de 1989.

As autoras Natali e Paula discutem que após o ECA (1990) cresceram o número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que são atendidas por diversas instituições educacionais governamentais e não-governamentais e algumas características do atendimento as crianças foram modificadas:

Com o ECA (1990), houve no Brasil abertura para uma maior articulação entre o Estado e a sociedade civil em relação a defesa e luta dos direitos das crianças e dos adolescentes. Este novo cenário se configurou através da criação dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos Estaduais e Municipais de defesa da criança e do adolescente e da maior atuação das Ongs no atendimento as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (NATALI; PAULA, 2008).

O Estatuto da Criança e do Adolescente resultou em uma articulação do Estado e da sociedade civil para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que deveria ser responsabilidade do Estado, mas esta cada vez mais executado pelo Terceiro Setor.

Na continuidade esta pesquisa, refletiremos sobre as práticas da pedagogia social no âmbito da gestão e planejamento, sistematizando a prática da Pedagogia Social em ONGS, Programas e Projetos governamentais e não-governamentais, e as instituições do Terceiro Setor.

Apesar de a educação conter o amparo pelas políticas públicas brasileiras, a educação integral do homem vai muito além do que as leis que regem o país. A educação é um processo que articulada nas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais:

À educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas as faixas etárias e a todas as etapas da vida (MACHADO, 2009, p. 133).

Ao analisarmos a sociedade em sua totalidade, as políticas públicas têm sido insuficientes para atender as demandas da sociedade por serem fragmentárias. Desta forma a educação social não vai responder as exigências educacionais de crianças de jovens de classes desfavorecidas e não atingirá o objetivo de agir sobre a prevenção e recuperação das deficiências da sociedade.

Para entendermos o processo de construção da legislação de uma sociedade é preciso entender o quadro político, ideológico e social desta comunidade, pois é por meio da luta de classes que o povo consegue seu espaço em meio aos interesses dos que possuem o poder. Para que as políticas públicas sejam geradoras de justiça, igualdade, e liberdade, são necessários que aniquilem os conflitos de interesses sociais, já que os valores da educação são determinados socialmente.

A produção de ideias e valores da narrativa neoliberal não têm interesse na ampliação de políticas públicas voltadas para a democracia e emancipação social, pelo contrário, assistimos ações e práticas políticas de caráter discriminatório e elitista. Esta realidade dificulta o trabalho defendido pela Pedagogia Social e pela Educação Social. O capítulo a seguir busca explicar as práticas da Pedagogia Social no âmbito da gestão e planejamento, na realidade brasileira, em meio a sociedade capitalista e a abertura para projetos do Terceiro Setor.

### 3. A GESTÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL

Neste trabalho apresentamos a história e conceitos da Pedagogia Social e relacionamos essa perspectiva com os documentos emitidos pelos organismos internacionais e brasileiros que legislam sobre a temática. No último capítulo propomos discutir sobre a gestão e o planejamento das ações da Pedagogia Social, bem como seus campos de atuação, como, programas e projetos governamentais e não governamentais.

Como introdução deste capítulo é necessário expormos sobre as perspectivas em que a Pedagogia Social é inserida na sociedade, para isso é necessário entender a lógica do Terceiro Setor, que se apresenta cada vez mais presente no contexto brasileiro na temática da educação.

A partir da reforma do Estado, implementada no Brasil a partir de 1995, a educação começa a ser considerada como um serviço social com responsabilidade não somente do Estado, mas de toda a comunidade civil. É neste contexto que observaremos o surgimento da Pedagogia Social brasileira e a relação com as políticas públicas, sociais e educacionais.

Conforme exposto no primeiro capítulo, a Pedagogia Social está relacionada com as ações da Educação Não- Formal, que é considerada por Gohn (2006) como um dos núcleos básicos da Pedagogia Social e um processo de aprendizagem que envolve várias dimensões, por exemplo, a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos, entre várias outras.

A Educação Não-Formal atua em diferentes espaços para além da escola e que podem ser instituições e organizações da sociedade civil que não pertencem ao Estado. Neste contexto instala-se uma nova organização chamada Terceiro Setor, responsável por grande parte das ONGs e outros tipos de organização da sociedade.

O Terceiro Setor coexiste de outros dois setores tradicionais na sociedade brasileira, conforme o Relato Setorial nº3 da Gerência de Estudos Setoriais –

GESET, entende-se por “primeiro setor aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas, corresponde às ações do Estado e o segundo setor, correspondente ao capital privado, sendo a aplicação dos recursos revertida em benefício próprio” (RELATO SETORIAL Nº3 DA GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS – GESET, p. 04). Na concepção do Terceiro Setor, as atividades partem de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, muitas vezes por trabalho voluntário e com o objetivo de promover o bem comum a todos, em suma o Terceiro Setor pertence a uma esfera pública não estatal.

Isto posto, entendemos que as atividades do Terceiro Setor acontecem em diversas instituições, sendo organizações não governamentais, associações comunitárias, entidades assistencialistas, fundações empresariais e institutos filantrópicos, todas sem fins lucrativos. No Brasil, a partir de 1999, surgiram grupos heterogêneos com distintos agentes e organizações da sociedade civil que atuavam nos campos políticos, sociais, econômicos e culturais.

O discurso que fundamenta as atitudes do Terceiro Setor, como descreve Montaña (2002) é “sob o pretexto de chamar a sociedade à participação em torno do controle social e da gestão de serviços sociais e científicos, desenvolvendo a democracia e a cidadania” (MONTAÑO, 2002, p. 44). O autor ressalta três conceitos chave da política do Terceiro Setor no Brasil: descentralização, organização social e parceria.

Sobre a descentralização, o mesmo autor explica que “engloba tanto a transferência de decisões para as unidades subnacionais, como a delegação de autoridade a administradores de nível mais baixo, obedecendo ao princípio da subsidiariedade” (MONTAÑO, 2002, p. 46). Já as organizações sociais seriam as entidades públicas, mas não estatais “se converteriam no tipo de instituição central para o desempenho das atividades sociais e científicas” (MONTAÑO, 2002, p.47), tendo o objetivo de controlar a sociedade e produzir serviços sociais. Por último, as parcerias representam a “desresponsabilização do Estado da resposta à “questão social” e sua transferência para o setor privado (privatização), seja para fins privados (visando o lucro), seja para fins públicos” (MONTAÑO, 2002, p.47).

Os estudos de Santos (2006, p. 87) evidenciam os campos de atuação da educação no Terceiro setor, que englobam a educação para a cidadania, para o mundo de trabalho, para a formação e desenvolvimento de atores ativos sociais e

também para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na construção dos saberes.

A educação é entendida no âmbito do Terceiro Setor e que os compromissos políticos devem estar vinculados a emancipação humana; melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade; busca ativa de solução de problemas das comunidades; ampliação das possibilidades de participação democrática ativa nos processos decisórios e de gestão das localidades e na superação das condições de exploração de parcelas da população (SANTOS, 2006, p. 87). O autor ainda afirma que o conceito de Terceiro Setor:

[...] é utilizado para designar o conjunto de organizações criadas e mantidas por iniciativa da sociedade civil, hipoteticamente, para atuar na assistência a parcelas das populações empobrecidas, defesa dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável de comunidades, preservação de sistemas ambientais e geração de renda para trabalhadores excluídos da economia formal. O Setor abrangeria organizações relacionadas a campos tão diversos quanto educação, cultura, saúde, assistência social, esporte, comunicação, pesquisa, lazer, religião, associações de profissionais e luta por distribuição mais igualitária de bens sociais (SANTOS, 2004, p. 05-06).

Ao fazermos esse estudo, fica evidente a relação do campo de atuação da Pedagogia Social com o discurso do Terceiro Setor, observando que está inteiramente ligada a esse contexto e com as políticas mencionadas no capítulo anterior.

Entre as organizações que compõem o denominado Terceiro Setor, destacamos o trabalho das Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). As ONGs, segundo Fernandes (1994) são "conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos" (FERNANDES, 1994, p.21), são entidades sem fins lucrativos, autônomas, sem vínculo governamental e tem o objetivo de atender as demandas de base popular, suprindo o dever do Estado.

De acordo com Tenório (1999) as ONGs:

Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro (TENÓRIO, 1999, p.11).

Esse modelo de organização pode atuar nas áreas da saúde, assistência social, economia, educação, meio-ambiente entre outras. As ONGs podem atuar no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Analisamos que as ONGs, inseridas do Terceiro Setor, estão contextualizadas em um cenário de exclusão social, globalização, assume problemas referentes a questões sociais e, sobretudo acabam assumindo gradativamente as responsabilidades do Estado. O objetivo dessas organizações não deveria substituir o papel do Estado nas responsabilidades de formular e executar políticas públicas e sociais e no compromisso pelo bem-estar, e sim complementar essas ações de forma a garantir os direitos do povo.

Alguns fatos históricos que marcaram o surgimento das ONGs no Brasil nos levam a refletir sobre o verdadeiro objetivo dessas organizações, segundo o Estado. Conforme estudos de Camargo (2001), as ONGs surgiram em meio a muitas crises no país, uma delas foi a crise do Estado perante os enormes gastos públicos assumidos após as novas políticas, outro exemplo foi a crise do petróleo nos anos 70 resultando em uma grande inflação no país. O autor ainda cita a crise gerada pela conscientização pelo meio ambiente, a crise do socialismo, a expansão dos meios de comunicação e a formação da classe média.

Esses estudos nos levam a refletir que as ações desenvolvidas pelo Terceiro Setor muitas vezes se configuram em ações paliativas e emergenciais para manter a ordem social e a redução de custos para o Estado, desta forma a preocupação não é resolver a real causa dos problemas e acaba reproduzindo muitas vezes as desigualdades sociais (NATALI; PAULA, 2008).

### 3.1 O PEDAGOGO SOCIAL

No capítulo anterior observamos que os documentos legais consideram o núcleo central da educação sendo a educação escolar, porém não deixam de contemplar a educação em espaços não escolares em forma da educação não-formal que acontece em todos os espaços onde necessitam do conhecimento pedagógico.

A educação não-formal acontece em meio às políticas públicas, organizações sociais (assistência social, saúde, empresas multinacionais...), em Organizações Não Governamentais (ONGs) entre outras. Desta forma, nesta seção, questiona-se a formação do profissional que atua nessas instituições de ação educativa fora dos muros da escola.

A problematização que se apresenta nesta seção é discutir sobre o campo de atuação do pedagogo considerando que a educação é um fenômeno multifacetado que acontece em diversos espaços educacionais. Considerando a abrangência da formação do pedagogo que vai atuar nesses espaços, analisaremos brevemente os regulamentos do curso de Pedagogia no Brasil para entendermos a formação do sujeito que vai atuar na educação social.

Segundo Machado (1999), por um longo tempo, na regulamentação de 1939, 1962 e 1969, a formação do pedagogo foi entendida para exercer essencialmente a docência. Libâneo (2001) faz a seguinte reflexão:

A primeira regulamentação do curso de Pedagogia no Brasil, em 1939, prevê a formação do bacharel em Pedagogia, conhecido como “técnico em educação”. A legislação posterior, em atendimento à Lei nº 4.024/61 (LDB), mantém o curso de bacharelado para formação do pedagogo (Parecer CFE 251/62) e regulamenta as licenciaturas (Parecer CFE 291/62). O Parecer CFE 252/69 – a última regulamentação existente – abole a distinção entre bacharelado e licenciatura, mas mantém a formação de especialistas nas várias habilitações, no mesmo espírito do Parecer CFE 251/62. Com suporte na idéia de “formar o especialista no professor”, a legislação em vigor estabelece que o formado no curso de Pedagogia recebe o título de licenciado (LIBÂNEO, 2001, p. 110).

No final da década 80 iniciam estudos e pesquisas sobre a educação para além da educação escolar, mas apenas no ano de 2006, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia (DCNs, 2006) a discussão sobre os demais campos de atuação do pedagogo e seu perfil profissional tornou-se forte e a educação não-formal foi reconhecida pelas DCNs. Assim estipulado pelo artigo nº 2 da Resolução CNE/CP Nº1:

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 1).

Desde então os vários espaços educacionais começam a ser considerados em uma maior abrangência e a formação do pedagogo é problematizada, já que a maioria dos cursos em nível superior de pedagogia valorizava apenas a educação no âmbito escolar. Este novo modo de interpretar a atuação do pedagogo estruturou uma nova forma de considerar a educação como diversos setores das políticas públicas e subentendendo que a educação: “é uma prática social humana; é um processo histórico, inconcluso, que emerge da dialeticidade entre homem, mundo, história e circunstâncias” (FRANCO, 2008, p.75).

Diante desta nova realidade, cresce a necessidade de formar pedagogos que possuam um olhar crítico sobre o processo educativo e que estejam preparados para lidar com educandos que se apresentam em situação de vulnerabilidade no âmbito sociológico, psicológico, político, entre outros. O profissional deve ter uma boa formação para que não corra o risco de reproduzir as desigualdades e preconceitos já impostos pela sociedade e que sejam capazes de compreender a totalidade do ato educativo.

Neste contexto a Pedagogia Social é a ciência que vai determinar os aspectos educacionais na ótica social, voltada para a classe menos favorecida e em situação de vulnerabilidade social. Segundo Otto (2009) a Pedagogia Social “[...] baseava na tentativa de encontrar soluções educacionais para os problemas sociais” (OTTO, 2009, p.31), complemento que a Pedagogia Social busca suprir as deficiências causadas pela própria sociedade, buscando a possibilidade de uma vida mais humana, justa, solidária, e igualitária.

Uma discussão que percorre na esfera da Pedagogia Social, debatido por Souza Neto; Silva; Moura (2009) é sobre a importância de incluir nos currículos de formação em pedagogia as questões sociais, ou criar um curso de Pedagogia Social que priorize o trabalho da educação social. Conforme os autores:

A exaustiva análise das experiências constituídas no exterior reafirmaram a convicção de que a Pedagogia Social precisa ter uma feição própria no Brasil, intimamente articulada com a realidade social brasileira e embebida, como dizia Paulo Freire, da história e da rica tradição cultural forjada nos mais diversos rincões deste país (SILVA, SOUZA NETO, MOURA, 2009, p. 305).

Os pioneiros da Pedagogia Social no Brasil defendem a importância de incluir os conhecimentos da Pedagogia Social na formação do profissional que vai trabalhar na educação não formal, já que este campo de trabalho está crescendo cada vez mais na realidade brasileira e requer melhor formação profissional para que o trabalho tenha sucesso.

O desafio enfrentado pelos pesquisadores da Pedagogia Social no Brasil é conseguir o reconhecimento da área como uma ciência, campo de pesquisa, disciplina curricular, área de intervenção sócio-pedagógica e como profissão (MACHADO; MACHADO, 2011). Atualmente não é exigida formação específica dos educadores que atuam no campo socioeducativo, geralmente os profissionais pertencem a diversas áreas do conhecimento e realizam trabalhos voluntários.

Os resultados das ações socioeducativas são diversificados, pois, alguns profissionais revelam grande potencial e compromisso social e outros profissionais apresentam grande dificuldade em lidar com a educação não formal devido a falta de formação. Por esse motivo é necessário fortalecermos o diálogo com a Pedagogia Social para o fortalecimento e qualificação dos profissionais dessa área.

Segundo as autoras Machado e Machado (2011, p. 09), até o exato momento o Pedagogo Social não é reconhecido como uma profissão regulamentada, não apresenta registro no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), já o Educador Social é reconhecido como profissional e possui registro no CBO, porém não é exigida formação específica e pode ser reconhecido como Arte educador; Educador de rua; Educador Social de rua; Instrutor educacional e orientador sócio educativo. Atualmente tramita um projeto na Câmara dos Deputados que implica sobre uma Lei que cria a profissão do Educador Social no Brasil:

[...] estabelece a criação da profissão de Educador Social com uma formação de nível médio e atribui ao Ministério da Educação (MEC) a responsabilidade pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, a profissão se refere apenas às atividades educativas fora do âmbito escolar sem considerar a perspectiva do diálogo profissional com a escola. [...] As

intervenções desse profissional se referem a todas as atividades educativas fora do âmbito tradicional. O projeto prevê a adequação da denominação de “educador ou educadora social” para os cargos já ocupados por profissionais dessa área, além da criação de Planos de Cargos e Carreiras (MACHADO; MACHADO, 2011, p.10).

Neste momento, em que tramitam projetos na Câmara dos Deputados sobre a regularização da profissão de Educador Social, em que crescem as pesquisas na área da Pedagogia Social e conseqüentemente o interesse dos acadêmicos do curso superior em Pedagogia, estabelece o momento de aprofundar cada vez mais reflexões e diálogos sobre a Educação Social, na consolidação da Pedagogia Social e para que aos poucos consigamos construir uma sociedade mais humana, ética e justa, capaz de suprir as deficiências que a própria sociedade causa aos menos favorecidos socialmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente pesquisa que teve por objetivo compreender e analisar a Pedagogia Social como conceito de educação não-formal voltada para as classes menos favorecidas da sociedade, considerando as políticas públicas educacionais e situando para a área de gestão das atividades de educação social, foi possível verificar a necessidade de criar novas políticas públicas nacionais e internacionais que possibilitem formar um estado de bem-estar social para as classes menos favorecidas pelo sistema econômico-social que se estabelece.

A partir das leituras realizadas, percebe-se que a Pedagogia Social é uma ciência prática, social e educativa que articula a educação em diferentes ambientes educativos, por meio de intervenções sócioeducativas. Este referencial teórico objetiva desenvolver o sujeito por meio da sua identidade, personalidade, valores, crenças, principalmente em sujeitos que se encontram em situações de vulnerabilidade social, marginalidade e em condições sociais desfavoráveis (CALIMAN, 2009).

Como objeto material da Pedagogia Social, a Educação Social procura formar a pessoa em um ser social, garantindo seu espaço na sociedade de forma mais justa. A Educação Social é uma prática social que geralmente atua em espaços de educação não formal, o qual entendemos por processo educacional que acontece fora da lógica do sistema regular de ensino, são organizados eventos de diversas ordens e abrange um público heterogêneo.

Estudar as práticas de educação não formal nos faz refletir sobre os processos formais de aprendizagem; nas finalidades da escola; nos avanços e retrocessos. Essas reflexões não têm o intuito de desvalorizar a educação formal, mas servem para que possamos posicionar novas características educacionais a serem trabalhadas no sujeito social. A escola precisa se abrir para novas experiências, metodologias, e práticas pedagógicas.

As discussões sobre a Pedagogia Social são recentes no Brasil, apenas na década de 1980 que pesquisadores brasileiros começaram a investigar a área, buscando conhecimentos nos países Europeus, como a Alemanha, Espanha e Itália (MACHADO, 2010). Neto (2002) verificou que foi no início da década de 80 os estudos sobre políticas públicas passaram a ganhar uma maior atenção no Brasil e a

educação começou a ser analisada em sua dimensão de política pública. Esta realidade proporcionou que os estudos da Pedagogia Social fossem relevantes para a sociedade (NETO,2002).

Os estudos sobre as políticas públicas, sociais e educacionais são pertinentes para percebermos o contexto histórico em que foram elaborados os conceitos de Pedagogia Social. No Brasil, a inserção dos conceitos da Pedagogia Social está relacionada aos movimentos sociais, educação popular, pela luta a escola pública, e pelas novas exigências da sociedade.

Ao estudarmos sobre as orientações dos organismos, internacionais e nacionais, que definem as bases políticas e influenciam na implementação de políticas públicas e sociais para educação, constatamos que a educação foi proclamada como um direito universal no campo político, acadêmico e econômico, porém vivenciamos poucas práticas que manifestem esse discurso. É importante que o Estado assuma a responsabilidade com a educação, para que as políticas sejam regulamentadas e as práticas se multipliquem.

Os documentos apresentam conceitos de igualdade, direitos humanos, desenvolvimento, liberdade, educação ao longo da vida, mas na prática pouco foi desenvolvido durante décadas, muitas vezes as legislaturas representam apenas um conjunto de leis que buscam amenizar os problemas sociais e manter a ordem social.

As políticas públicas sociais, no contexto brasileiro, são traduzidas como fragmentadas ou insuficientes para abranger os conceitos da Pedagogia Social. Conforme Neto (2002), as políticas públicas sociais são necessárias para alcançarmos o que almejamos como ideal de sujeito, para o autor, a pessoa humana necessita da garantia dos seus direitos sociais para que se desenvolva por completo (NETO, 2002).

Na realidade da educação brasileira é impossível pensarmos em educação sem pensarmos nas questões sociais. Saviani (2008), no livro *Escola e Democracia*, reflete que a escola é determinada socialmente, nossa sociedade é determinada pelo modo de produção capitalista, o qual tem como princípio a sociedade classista. Desta maneira vivenciamos um conflito de interesses (SAVIANI, 2008).

Ao discutirmos sobre a gestão e o planejamento das ações da Pedagogia Social, foi possível observar a omissão do Estado frente a serviços como a

educação, esta omissão reflete nos projetos sociais desenvolvidos pelo terceiro setor, por meio de organizações sociais e programas educacionais diversos.

A educação passa a ser considerada como um serviço social a partir da reforma do Estado de 1995, e torna-se responsabilidade não somente do Estado, mas de toda comunidade civil. Ao propor que a comunidade participe mais das decisões escolares, o Estado intenciona dividir as despesas com a comunidade, descentralizando seus deveres e promovendo a privatização e a terceirização.

Em conformidade com a nova organização da educação ampliam-se as atividades destinadas ao terceiro setor, as quais acontecem em diversos espaços, instituições, organizações não governamentais, associações comunitárias, entidades assistencialistas, fundações empresariais e institutos filantrópicos. As atividades partem de iniciativas privadas sem fins lucrativos e marcado pelo trabalho voluntário.

A Pedagogia Social têm se manifestado de diversas formas e estratégias, porém essas práticas devem ser analisadas de maneira criteriosa. Alguns projetos ainda apresentam características não emancipatórias, reprodutivistas e assistencialistas. Os colaboradores que trabalham nessa área devem ser bem formado para trabalhar com o sujeito em sua totalidade, sendo mediador entre o educando e a cultura produzida pela sociedade. Este Educador Social precisa ser capacitado para atuar em vários espaços educacionais.

Em suma, para aprimorar os estudos da Pedagogia Social é fundamental compreender o contexto histórico, as práticas dos movimentos sociais e os estudos da área para que compreendamos para onde a educação brasileira está caminhando. A intenção é que o ensino e aprendizagem dialoguem com os processos sociopedagógicos. A Pedagogia Social busca transformar todos os atributos e os conhecimentos que o sujeito tem para formação e crescimento dele mesmo.

Todo este processo é importante para compreendermos que a educação transformadora vai além dos muros da escola, ocorrendo nos diferentes âmbitos da sociedade. Ao pensarmos educação precisamos de um entendimento da realidade social para que assim sejam tomadas ações para a transformação da realidade educativa e social. Levamos em consideração que a educação social proposta neste trabalho não seja para ações apenas compensatórias, mas sim para ações propositivas e preventivas de responsabilidade de toda a sociedade.

Em conclusão, o desafio da efetivação da Pedagogia Social no Brasil somente será possível após uma reestruturação das práticas, da gestão e das políticas públicas. Ressalta-se a necessidade de aprofundar pesquisas, eventos, congressos, reflexões e diálogos na área temática e também na formação profissional de educadores sociais, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais humana, ética e justa política e socialmente.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas SP. Autores Associados, 1997.
- BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**. Estratégia 2020 para a Educação. \_\_\_\_\_ . **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997**: o Estado num mundo em transformações. Washington, D.C.: World Bank, 1997.
- \_\_\_\_\_. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. World Bank, 1990.
- BECCEGATO, Luisa Santelli. **Pedagogia sociale**. Brescia: La Scuola, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Editora da Fenabb, 1990.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº 9.394/96). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso 10 out. 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº 9.394/96). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso 10 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Conselho nacional de educação**. Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso 25 ago. 2015.
- CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). In: MOURA, R., NETO, J. C. S. e SILVA, R.(orgs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009.
- CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, 2006. Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo>>. Acesso em 25 ago. 2015.
- CAMARGO, M. F. et al. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CARIDE, José. Antonio. La pedagogía social em España. In: Nuñez, V. **La educación em tiempos de incertidumbre: las apuestas de la Pedagogía Social**. Barcelona: Gedisa, 2002. p. 81 – 112.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em:  
<[https://www.unescoportugal.mne.pt/images/textos\\_normativos/Carta\\_das\\_Comiss%C3%B5es\\_Nacionais.docx](https://www.unescoportugal.mne.pt/images/textos_normativos/Carta_das_Comiss%C3%B5es_Nacionais.docx)>. Acesso 19 out. 2015.

CAVACO, Carmen. **Aprender Fora da Escola: Percursos de Formação Experiencial**. Lisboa. Educa. 2002.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:  
<<http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/>> . Acesso 18 out. 2015.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

FERNANDES, Rubem. **Privado porém público**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1994.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. In: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) (Revista da Faculdade da Educação). Vol. 24. n.1. São Paulo: jan/jun 1998.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; **Políticas públicas**. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. Coleção Questões da Nossa Época, v. 71. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação Não-Formal na pedagogia social**. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, . Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em:  
<<http://www.proceedings.scielo.br>>. Acesso 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Terceira via, terceiro setor e ONG's: Espaços de um novo associativismo. In: \_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 65-90.

GÓMEZ, S. M. **Els serveis socials i la seva avaluació: Models d'avaluació aplicats als serveis i programes socials**. Barcelona: Edicions Universitat de Barcelona, 2000.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41. ISSN 1678-7110. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso 10 out. 2015.

INEP. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Glossário. v.2. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Que Destino os Educadores darão à Pedagogia? In: LIBÂNEO, José Carlos; MAZZOTTI, Tarso Bonilha; NÓVOA, Antonio; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs) **Pedagogia, Ciência da Educação?** Editora Cortez. 4ª ed. São Paulo, SP. 2001.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C. de; MOURA, R. A. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO. 2009.

MACHADO, Érico Ribas. **A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira** (dissertação). Florianópolis-SC. 2010.

MACHADO, Erico Ribas. **As relações entre a Pedagogia Social e a Educação Popular no Brasil**. Disponível em <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/24.pdf>>. Acesso 06 out. 2015.

MACHADO, Érico Ribas. **As relações entre a Pedagogia Social e as Políticas Educacionais brasileiras**. In: I Congresso Internacional de Educação de Ponta Grossa Paraná- Brasil. Ponta Grossa. 2009.

MACHADO, Evelcy Monteiro; MACHADO Larissa Monteiro. O campo de trabalho do educador social escolar e não escolar na organização da Pedagogia Social no Brasil. In: **ANAI ANPAE**, 2011b. Disponível em:<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0181.pdf>> Acesso em: 15 nov. de 2015.

MACHADO, E. M. Pedagogia e a Pedagogia Social: Educação não formal. In: MACHADO, E. M. & CORTELAZZO, I. B. C. (Org.). **Pedagogia em debate On-Line Textos Completos**, 2002. Acesso em: <http://www.utp.br/mestradoemeducao/pubonline/indexartigo.html>

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2005.

McNAMARA, Robert, S. **El Banco Mundial y America Latina**. In: Comercio Exterior, Mexico: Banco Nacional de Comercio Exterior. 1968.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão**: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1989.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal.** Maringá (PR). EDUEM, 2015.

MORELLI, Ailton José. A criança diante da lei. In: MULLER, Verônica Regina; MORELLI, Ailton José. **Criança e Adolescente: a arte de sobreviver.** Maringá: EDUEM, 2002. p.47-92.

NATALI, Paula Marçal; PAULA, Ercília M. A. Teixeira. **Educadores sociais atuantes nas ongs: reflexões sobre a formação profissional.** Educere, 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/301\\_117.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/301_117.pdf)>. Acesso 16 out. 2015.

NETO, João Clemente de Souza. **Uma compreensão das políticas sociais pela ótica da Pedagogia Social.** Universidade Federal da Bahia. 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306759306\\_ARQUIVO\\_OTICADAPEDAGOGIASOCIAL.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306759306_ARQUIVO_OTICADAPEDAGOGIASOCIAL.pdf)>. Acesso 24 out. 2015.

NETO, Marcelo de Sousa. **Políticas públicas em educação: reflexões históricosociais.** 2002. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.3/GT3\\_8\\_2002.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.3/GT3_8_2002.pdf)>. Acesso 24 out. 2015.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)> . Acesso 10 jul. 2015.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso 16 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conheça a ONU:** História. Disponível em: < <http://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso 16 out. 2015.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da Pedagogia Social. In: SILVA, Roberto da; NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogério Adolfo de. (Orgs) **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

PAULA , Ercília. Maria. Angeli. Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. A Pedagogia Social na Educação: Análise de Perspectivas de Formação e Atuação dos Educadores Sociais no Brasil. In: **Revista de Ciências da Educação.** UNISAL, Americana/SP - Ano X - N.º 18 - 1.º Semestre/2008.

Relatório de Monitoramento Global de EPT. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso 22 out. 2015.

SANTOS, D. P. B. Formação de educadores para o terceiro setor. In: **Olhar do Professor**. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Ponta Grossa, PR, v. 9, n.1, Ed. UEPG, 2006, p. 79-95.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ana Lucia Ferreira da; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva. **Orientações da UNESCO para a educação brasileira: educar para o consenso?** Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/orientacoes\\_da\\_unesco.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/orientacoes_da_unesco.pdf)>. Acesso 20 out. 2015.

SILVA, Roberto da; NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogério Adolfo de. (Orgs) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SILVESTRE, Eliana; CUSTÓDIO, Sueli Sampaio Damin. Os direitos infanto-juvenis: aspectos políticos e jurídicos para a sua concretização. Maringá: Clichetec, 2004.

STRECK, Danilo. Romeu. **A educação popular e a (re) construção do público**. Há fogo sob as brasas? In: Revista Brasileira de Educação. v. 11, n. 32. Rio de Janeiro, Mai/Ago. 2006.

TENORIO, Fernando G. (org). **Gestão de ONG's**. 3 ed. Rio de Janeiro: FG V, 1999.

UNESCO. **O que é? O que faz?**. 2007. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147330por.pdf>>. Acesso 28 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Organização: sobre a UNESCO**. Disponível em: <[www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br) >. Acesso 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Otra manera de aprender...** estúdios de caso. Paris. 2007b.

VON SIMSON, Olga Rodrigues; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro, (orgs). **Educação não-formal: cenários da criação**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

WORLD BANK. **Notas sobre o país**. Disponível em: <[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)>. Acesso 22 out. 2015.

XAVIER, Libânea Nassif. **O Brasil como laboratório** – educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais. Bragança Paulista: EDUSF, 1999